



Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP

Belo Horizonte, ano 15, n. 172, abr. 2016

Doutrina

Artigos

- ◆ O princípio da boa-fé e a supremacia do interesse público – fundamentos da estabilidade do ato administrativo
Ana Cláudia Finger
- ◆ A fixação de critérios de habilitação técnica em licitações públicas em razão da regulação firmada pelos conselhos de fiscalização profissional
Carlos Eduardo Araujo de Assis
- ◆ A insusceptibilidade de captação apriorística da natureza: a impossibilidade de o futuro congelar-se sob o manto da coisa julgada
Flávio Nunes, Juliana Picinin
- ◆ Poder normativo nas licitações sustentáveis
Murillo Giordan Santos
- ◆ A sessão eletrônica no pregão eletrônico
Murilo Jacoby Fernandes
- ◆ Alterações relevantes promovidas pela Lei nº 13.204/2015 no Novo Marco Regulatório das Parcerias Voluntárias – Lei nº 13.019/2014
Silvia Portes Rocha Martins

Orientações Práticas em Gestão Pública

- ◆ Contratação de gerenciamento de frota

Jurisprudência Selecionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
Direito Constitucional e Eleitoral – Recurso Extraordinário – Julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo como ordenador de despesas – Competência – Poder Legislativo ou Tribunal de Contas – Repercussão Geral reconhecida
- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
Processo Penal e Penal – Inquérito – Inexigibilidade de licitação – Peculato – Artigo 312 do Código Penal – Não configuração – Desvio de recursos para finalidades públicas – O proveito à Administração não se enquadra no conceito de proveito próprio ou alheio exigido pelo tipo penal – Artigo 89 da Lei nº 8.666/93 – Necessidade de demonstração de prejuízo ao Erário e da finalidade específica de

favorecimento indevido – Preponderância da prova no sentido de inexistência de propósitos viciados – Denúncia rejeitada

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Ação de improbidade administrativa – Dispensa de procedimento licitatório – Contrata de escritório de advocacia sem licitação – Artigo 25 da Lei 8.666/93 – Excepcionalidade não configurada – Incidência do artigo 10 da LIA – Caracterização do dano in re ipsa – Restituição dos valores recebidos afastada – Persistência das sanções típicas da improbidade

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Administrativo – Consórcio público – Contrato de repasse firmado com a União – Artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000 – Interesse de agir da Caixa Econômica Federal e União – Legitimidade passiva ad causam – Municípios consorciados – Princípio da intranscendência das sanções

◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Contrato administrativo – Mudança no regime tributário posteriormente à proposta – Repercussão nos encargos do contrato – Revisão do preço – Previsão legal – Artigo 65, §5º, da Lei nº 8.666/93 – Omissão do contrato sobre essa obrigação – Irrelevância – Glosa para reaver valores repassados a maior – Possibilidade

Consultas - Tribunais de Contas

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**

Consulta – Doação de bens públicos imóveis para entidades religiosas – Artigo 19, inciso I da Constituição Federal – Exceção – Possibilidade quando houver o desenvolvimento de atividade de interesse público (educação, assistência social, assistência à saúde, etc.) – Autorização legislativa – Avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência – Artigo 17, inciso I, da Lei nº 8.666/93 Tribunal de Contas do Espírito Santo

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

Consulta – Transferência voluntária em período de vedação eleitoral – Obras não iniciadas – Impossibilidade de repasse – Convênio celebrado anteriormente – Irrelevância – Artigo 73, inciso VI, “a”, da Lei nº 9.504/1997 – Regulamentação do artigo 45, inciso I, do Decreto nº 9.768/2013 que possui compatibilidade com os limites da lei

Ementário

- ◆ Contratação Direta
- ◆ Contrato Administrativo
- ◆ Controle Interno e Externo
- ◆ Convênio
- ◆ Licitação

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Constitucional
- ◆ Convênio
- ◆ Penal e Processual Penal
- ◆ Licitação

Legislação Comentada

- ◆ Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 74)

Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação